



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

Nota de Imprensa

Presidente da Assembleia apela à Ordem dos Arquitetos para que ajude a contrariar a visão centralista do País

O Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, Luís Garcia, apelou sábado, em Ponta Delgada, à Ordem dos Arquitetos, para que ajude a contrariar a visão centralista do País, que se reflete no novo Pacote de medidas para a Habitação lançado pelo Governo da República.

“Deixo aqui o desafio para que façam ouvir a vossa voz avalizada e experiente, dando o vosso contributo insubstituível na inversão desta tendência centralista do País”, afirmou o Presidente Luís Garcia, na sessão de encerramento do XVI Congresso da Ordem dos Arquitetos, que veio, pela primeira vez, reunir no arquipélago dos Açores.

Durante a sua intervenção, o Presidente da ALRAA pediu que a Ordem dos Arquitetos “eleve o debate a outro nível” e apresente “contributos válidos para que o Programa Mais Habitação volte a Conselho de Ministros mais consubstanciado e adequado à realidade nacional, sem esquecer as especificidades regionais, muito diferentes das realidades dos grandes centros urbanos”.

No final de um congresso dedicado à “Qualidade e Sustentabilidade”, o Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores lembrou ainda que “ao problema da habitação se alia outro, tão ou mais premente, que é o despovoamento dos nossos territórios, sobretudo os mais periféricos”.

“Se queremos fixar e captar jovens, uma das condições que temos de assegurar é uma habitação condigna, sendo isto tão válido para Bragança ou Odemira, como para as Flores ou Corvo”, disse, sublinhando que o que temos hoje é “outra realidade. Uma realidade em que Lisboa recebe tanto do Plano de Recuperação e Resiliência como 284 concelhos portugueses juntos”, o que nos mostra um País “centrado e concentrado em Lisboa”.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

“Inverter esta tendência exige mais de todos nós, desde logo, com a adoção de políticas públicas diferentes”, afirmou o Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, sublinhando que só assim podemos construir um País “com todos os seus territórios desenvolvidos e povoados de forma equilibrada”.

Horta, 5 de março de 2023



16.º CONGRESSO
DOS ARQUITECTOS
QUALIDADE E
SUSTENTABILIDADE:
CONSTRUIR O
[NOSSO] FUTURO





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

**Sessão Solene de Encerramento
do 16º Congresso da Ordem dos Arquitectos**

Exma. Senhora Secretária de Estado da Habitação,

Exmo. Senhor Presidente do Congresso e da Assembleia Geral da
Ordem dos Arquitectos,

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Diretivo Nacional da Ordem
dos Arquitectos,

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Diretivo Regional dos Açores
da Ordem dos Arquitectos,

Exmo. Senhor Presidente do Conselho da Europa dos Arquitectos,

Exmo. Senhor Vereador da Câmara Municipal da Ribeira Grande;

Caros congressistas e demais convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

A importância do desenvolvimento sustentável tem estado na ordem do dia, seja a nível internacional, com os objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, ou nas instituições europeias, onde se tenta convergir no mesmo sentido.

Quero, por isso, começar por cumprimentar a Ordem dos Arquitetos pela escolha do tema deste XVI Congresso, dedicado à “Qualidade e Sustentabilidade”, que são de facto duas palavras-chave para bem conseguirmos “construir o [nosso] futuro”.

Aproveito também para saudar a descentralização do vosso trabalho a nível nacional, trazendo a realização deste Congresso para fora do território continental, reunindo pela primeira vez nos Açores.

Felicito o Conselho Diretivo Regional da Ordem dos Arquitectos pela sua ousadia e capacidade de organização.

Saúdo igualmente a descentralização nos Açores, onde a secção regional tem sido incansável a levar mostras de arquitetura e debates a todas as ilhas, estabelecendo parcerias com os municípios e incentivando os seus responsáveis a participar ativamente na discussão pública.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

É um trabalho essencial, porque a pedagogia também se faz pela troca de ideias, bem como pela repetição e insistência na divulgação da mensagem essencial.

Por estes dias, as preocupações da Ordem têm passado também pelo debate do tema dominante das últimas semanas.

Refiro-me, naturalmente, ao Pacote de medidas para a Habitação anunciado pelo Governo da República, que também não posso deixar de abordar aqui.

A nível nacional, parece haver consenso sobre a necessidade de reforço da habitação pública e de maior apoio às rendas, mas tem sido grande a polémica em torno das casas devolutas

E quando falamos de casas devolutas nos Açores, de que realidade falamos?

Os dados dos Censos 2021 dão-nos uma ajuda e, a ver pelo trabalho publicado esta semana no jornal Açoriano Oriental, dizem-nos que só na ilha de São Miguel foram identificadas quase 4 mil casas devolutas, sendo que cerca de 1982 estão concentradas na cidade de Ponta Delgada.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

Estes números dão bem a ideia da missão que este município, que nos recebe, tem pela frente e da importância de ter conseguido garantir 106 ME do Plano de Recuperação e Resiliência para executar na habitação.

A tarefa é fundamental para assegurar as necessidades de centenas de famílias, mas há muitas outras em situações idênticas a necessitar de intervenções em todas as ilhas do arquipélago.

O que me leva a sublinhar aqui a necessidade de haver uma excelente articulação entre poder local, regional e nacional, para que seja possível a boa execução dos fundos no âmbito do PRR.

Para além do cumprimento dos calendários, cujos prazos são bastante apertados, precisamos de uma estratégia eficaz para a aplicação desses fundos, que exige uma boa dinâmica e um relacionamento saudável entre o Estado, a Região e os Municípios.

Mais do que discutirmos se estes fundos são ou não são suficientes para debelar o problema da habitação, ignorado durante anos, precisamos de meter mãos à obra para os aplicar bem, sabendo das dificuldades que vamos ter em termos de preços, disponibilidade de empresas e mão-de-obra.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

Toda esta problemática intensifica-se quando percebemos que o problema da habitação se alia a outro, tão ou mais premente, que é o despovoamento dos nossos territórios, sobretudo os mais periféricos.

Se queremos fixar e captar jovens, uma das condições que seguramente temos de assegurar é uma habitação condigna, sendo isto tão válido para Bragança ou Odemira, como para as Flores ou Corvo.

No entanto, os números que vamos lendo mostram-nos outra realidade. Uma realidade em que Lisboa recebe tanto do Plano de Recuperação e Resiliência como 284 concelhos portugueses juntos.

Esta comparação faz-nos pensar sobre o País que hoje temos centrado e concentrado em Lisboa. Mas também sobre o País que necessitamos de construir, com todos os seus territórios desenvolvidos e povoados de forma equilibrada.

Inverter esta tendência exige mais de todos nós, desde logo, com a adoção de políticas públicas diferentes.

E quando digo que exige de todos nós, não me refiro apenas aos agentes políticos, mas também aos agentes sociais, económicos e profissionais,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

de que são bom exemplo as organizações mais ligadas a estas temáticas, como é o caso da Ordem dos Arquitectos.

Daí que deixo aqui o desafio para que façam ouvir a vossa voz avalizada e experiente, dando o vosso contributo insubstituível na inversão desta tendência centralista do País, contrariando e contradizendo as teses que tantos ditos especialistas insistem em perpetuar nos canais televisivos.

Nesta temática, tão importante e determinante, precisamos de gente que saiba do que fala, pelo que deixo também um apelo para darem continuidade ao repto que já tornaram público, elevando o debate a outro nível.

Espero que apresentem contributos válidos para que o Programa Mais Habitação volte a Conselho de Ministros mais consubstanciado e adequado à realidade nacional, sem esquecer as especificidades regionais, muito diferentes das realidades dos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto.

Confio em vós para essa tarefa!

Disse.

Ponta Delgada, 4 de março de 2023